

PACTO EMPRESARIAL CONTRA A ESPECULAÇÃO

Luiz Carlos Bresser-Pereira

O Estado de S.Paulo, 10.6.1989

Diante da ameaça de crise aguda - de quebra do Estado e de hiperinflação - que ronda a economia brasileira, torna-se hoje necessário que os empresários deste país assumam a liderança de um pacto empresarial contra a especulação e a fuga de capitais.

A Gazeta Mercantil do último dia 5 de junho trazia em sua primeira página dois títulos com destaque: "Há sobra de dinheiro na economia" e "PIB cai 0,7% no primeiro trimestre". Dois títulos muito significativos: um traduz a crise brasileira, a estagnação econômica; o outro, revela que sua causa básica não é falta de capital, de recursos financeiros por parte das empresas e sim a perda de confiança dos agentes econômicos. Perda de confiança no governo, no Estado, na economia brasileira como um todo, que leva os agentes econômicos a se afogarem em liquidez ao invés de investir.

O produto interno bruto, que em 1988 caiu 0,3 por cento, reduziu-se, no primeiro trimestre de 1989, em termos anuais, 0,7 por cento, segundo cálculos do INPES (Ministério do Planejamento). Para o ano de 1989 a projeção da Carta de Conjuntura do INPES é de uma queda de 0,9 por cento, devido principalmente a uma retração de 3,7 por cento na produção industrial. O Brasil está portanto em pleno processo recessivo. Os empresários nacionais reduzem seus investimentos, algumas empresas multinacionais repatriam seu capital. A desindustrialização está em marcha.

Se a recessão fosse um momento do processo de ajustamento não haveria razão para alarme. Mas não é. Não há nenhum ajustamento sendo executado. O Plano Verão apenas agravou o grau de desajustamento da economia. O déficit público aumentou, a dívida pública deu um novo salto, a taxa de câmbio atrasou-se, os preços públicos - que depois da recuperação lograda em 1987 foram mantidos durante 1988 - voltaram a ser irresponsavelmente atrasados. Alguns preços privados - como os do papel, da celulose, dos medicamentos - voltam a ser penalizados pelo CIP. E agora o governo limita-se a tentar sair do congelamento da melhor forma possível.

A economia voltou a estar indexada. A taxa de juros do overnight voltou à normalidade. As minidesvalorizações cambiais estão afinal vigorando. Os salários finalmente têm uma regra de correção. Isto ajudará a conter uma explosão inflacionária. Mas não evitará uma forte aceleração da inflação, não impedirá a queda dos investimentos e o retrocesso econômico. Com a liberação dos preços que afinal está ocorrendo, o país espera de forma fatalista a rápida aceleração da inflação, que é inevitável e provavelmente será dramática.

A aventura de desindexar a economia, elevar astronomicamente a taxa de juros e tentar arrochar os salários - aventura com clara origem na ortodoxia neoliberal que, aliás, também orientou a negociação da dívida externa em 1988 - está implicando em um preço elevado para a toda a sociedade brasileira: perda de credibilidade do governo, perda de crédito do Estado, desorganização dos preços relativos, aprofundamento da crise fiscal, forte especulação com a taxa de câmbio, aumento da fuga de capitais, aumento da liquidez, retomada da inflação, estagnação econômica.

Isto significa que caminhamos para a hiperinflação, na trilha do dramático exemplo argentino? Não necessariamente. Para isto seria preciso da parte dos empresários brasileiros uma vocação suicida que não pode ser a eles imputada. Mas o suicídio coletivo ocorrerá se eles continuarem a especular com o dólar e o ouro, ao mesmo tempo que esperam que o governo tome as medidas salvadoras que obviamente não tem condições de tomar.

O que os empresários - do setor industrial, do setor agrícola, do setor comercial, do setor financeiro - precisam agora é de um grande acordo empresarial contra a especulação baseada na falta de crédito do Estado. Falou-se muito em pacto social no Brasil. Mas, apesar das greves, não é no conflito capital-trabalho que reside a causa da crise aguda em que o país está ameaçado a afundar. Esta crise será mais ou menos grave na medida em que o capitalismo brasileiro revele maior ou menor maturidade diante da crise fiscal que o Plano Verão agravou. Tentar, diante dessa crise, em função da desconfiança, em função da filosofia do salve-se quem puder, tentará deixar de financiar o Estado é uma tolice. Uma impossibilidade prática. Se o Estado tem um débito, este tem que ser financiado. Se não for de outra forma, através de moeda. E então o prejuízo para todos será muito maior.

Sei muito bem que não é fácil fazer um pacto empresarial contra a especulação. Sei que, de alguma forma, o governo terá que fazer parte desse pacto. Mas este pacto contra a especulação terá que partir dos próprios empresários. A crise fiscal é sem dúvida grave, mas o Estado Brasileiro ainda não está insolvente. Só se tornará se deixarmos que isto ocorra.